



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025





ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVIDOR	4
APRESENTAÇÃO	5
OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO	5
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	6
Assembleia Geral	6
Mesa Administrativa	6
Definitório	7
RECURSOS HUMANOS	7
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	8
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	9
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	9
Internato N ^a . Sr ^a . da Conceição	9
Centro de Dia	10
Apoio Domiciliário aos Irmãos	10
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	10
Culto	10
Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres	10
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	11
Capelas Mortuárias	11
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	11
Unidade de diagnóstico e tratamento	11
NOTAS FINAIS	12
MAPAS DE CONTAS DE 2025	13



ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais foram eleitos, em 2024, pelos Irmãos da Misericórdia, para o Quadriénio 2025/2028.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**

Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio – **Vice-Presidente**

Armando Fernandes Mesquita - **Secretário**

Dra. Maria Filomena Leite Seabra Monteiro Galante - **Secretária**

Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**

Claudino Pereira da Silva – **Substituto**

Dr. Carlos Manuel de Sousa de Lima Fernandes – **Substituto**

Eng. Manuel Freitas Monteiro da Mota – **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**

Arq.º José António Vidal Afonso Barbosa - **Vice-Provedor**

Cândido Sequeira Pinho Gilvaz - **Tesoureiro**

Dra. Maria do Espírito Santo Carrilho Simas Santos - **Mesária**

Enf.º Alberto Pereira Morgado - **Mesário**

Dra. Clarisse do Céu Sousa – **Mesária**

Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto – **Mesário**

Dra. Susana de Carvalho Barros – **Mesária**

Rodolfo Maia Mesquita – **Mesário**

Dr. Álvaro Agostinho Fernandes Lopes – **Mesário**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**

Dra. Maria Manuela da Costa Braga – **Vice-presidente**

Dr. César Manuel Oliveira Ferreira - **Secretário**

Dra. Helena Cristina Sousa Pinto – **Substituta**

Dr. António Manuel Cardoso Ferreira – **Substituto**



MENSAGEM DO PROVEDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso - alínea g), do n.º 1, do artigo 39.º -, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório e as Contas do exercício de 2025, bem como o Parecer do Definitório e correspondente Certificação Legal de Contas.

Em 2025, continuámos a dar resposta a um conjunto de desafios sociais e económicos que, com coragem e inovação, foram sendo superados. As nossas ações abarcaram áreas essenciais como a infância, a adolescência, a velhice, o apoio social e a cultura, todas estruturadas em torno de um único objetivo: fazer a diferença na vida da nossa comunidade.

A Misericórdia, ao longo do ano, procurou manter a qualidade dos seus serviços, o que se reflete diretamente na melhoria contínua da qualidade de vida das várias centenas de utentes que beneficiam das nossas respostas sociais e serviços.

Continuámos a reforçar a nossa visão de uma Misericórdia moderna, responsável e comprometida com os valores fundamentais da solidariedade, da justiça e da equidade. O esforço contínuo de melhorar a gestão financeira, a transparência e a eficiência organizacional permitiram-nos garantir a sustentabilidade dos nossos projetos, assegurando que continuaremos a servir a nossa Comunidade por muitos anos.

O provedor,

Luís Manuel Figueiredo Branco



APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos tem como missão minimizar as carências educacionais, sociais e de saúde, e de apoiar a prática de atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina social da Igreja e pela moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras de misericórdia, aplicadas ao nosso tempo. Hoje em dia intervém no campo da educação, da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 580 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a crianças, adolescentes e idosos.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Internato Nossa Senhora da Conceição;
- Jardim de Infância, creche “O Paraíso”;
- Jardim de Infância, creche “Biquinha”;
- Centro Infantil de Matosinhos;
- Centro de Dia;
- Apoio domiciliário a Irmãos;
- Unidade de Diagnóstico e Tratamento;
- Museu do Bom Jesus de Matosinhos;
- Casa dos Milagres;
- Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa.

OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos observou e procurou cumprir, na sua gestão operacional e estratégica, o seguinte conjunto de valores, princípios, missão e visão:

Missão – Somos uma Instituição centrada nos Direitos da Pessoa Humana, que responde às necessidades da comunidade, de forma proativa, promovendo a cidadania e a solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento social.



Visão – A Misericórdia de Matosinhos afirma-se pela melhoria contínua da qualidade e da excelência de serviços, de uma forma empreendedora e sustentável, reconhecida por quem a conhece e por quem dela beneficia.

Valores

- **Solidariedade:** responsabilidade na contribuição para a resolução dos problemas dos cidadãos;
- **Individualidade:** respeito pela dignidade da Pessoa (valores, crenças, etnias, ideologias, privacidade);
- **Profissionalismo:** competência, responsabilidade, ética e zelo;
- **Excelência:** elevado padrão de qualidade percebido pelos Utentes externos e internos;
- **Participação:** capacitação da Pessoa como agente do seu processo de desenvolvimento;
- **Inovação:** encontrar respostas para os problemas sociais emergentes.

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu, em Assembleia Geral Extraordinária, no mês de fevereiro, para a contratação de um empréstimo junto da Banca, até ao montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), para a apresentação, discussão e votação da transferência dos protocolos de cooperação com a Segurança Social de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário, e respetivas licenças de funcionamento e equipamento, da associação A.T.I. – Amigos da Terceira Idade, para a Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos; no mês de março, reuniu para análise, discussão e votação do “Relatório e Contas de Gerência respeitante ao exercício do ano 2024” e do respetivo “Parecer do Definitório”, instruídos com a certificação do Revisor Oficial de contas; e em novembro de 2025, para análise, discussão e votação do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2026, e do respetivo “Parecer do Definitório”.

Mesa Administrativa

No ano de 2025, a Mesa Administrativa reuniu em 6 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou, de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2025 desligaram-se do serviço 11 trabalhadores: três por acordo de revogação; três por caducidade do contrato de trabalho; três por denúncia do contrato de trabalho por parte do trabalhador; um por pensão por velhice e um por denúncia do contrato de trabalho por parte da Misericórdia no período experimental.

Tínhamos em 31/12/2025, 140 funcionários.

Mantêm-se as políticas de desenvolvimento de valências para a ocupação integral de todos os trabalhadores.

Desde 2017 até 2022, o número de trabalhadores foi diminuído, não obstante se tenha acrescentado a valência de apoio domiciliário a Irmãos.

Com a abertura de 4 salas de creche, em 2023, foi necessária a contratação de novos trabalhadores, tendo-se atingido o nível de 2016, como se alcança do seguinte quadro:

Ano	N.º trabalhadores
2016	140
2017	136
2018	130
2019	128
2020	130
2021	129
2022	129
2023	141
2024	141
2025	140

Os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam os nossos infantários a nível do pré-escolar e do CATL, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos e com o número de utentes que frequentam o Centro de Dia.

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Iniciou-se, finalmente, a reconstrução do prédio situado na Rua Brito Capelo, n.º 242/246, da cidade de Matosinhos (antiga Casa Tony) para oito habitações e uma loja, com vista à sua integração no mercado de arrendamento, a fim de criar sustentabilidade à Misericórdia. Trata-se de um projeto que remonta a 2017, mas que só agora, devido às mais variadas vicissitudes, se conseguiu que a obra tivesse o seu início.

A casa situada na Rua Coronel Macedo Pinto, n.º 156, em Vila Nova de Gaia, foi entregue pela inquilina, tendo-se dado início às necessárias obras de recuperação e atualização para voltar a ser colocada no mercado de arrendamento.

As duas habitações, ao nível do segundo andar, do prédio situado na Rua D. João IV, n.ºs 16/20, da cidade do Porto, foram finalmente arrendados, dado ter sido ligado o fornecimento de água, ligação que as “Águas do Porto”, inexplicavelmente, foram retardando.

Concluiu-se a requalificação do rés-do-chão, lado sul, do edifício do Museu, onde foi possível realizar as “Jornadas da Museologia” da União das Misericórdias e o almoço das Festas em honra do Senhor de Matosinhos. No edifício do Museu há ainda muito a fazer, muito especialmente na construção de um novo telhado, na colocação de um elevador para acesso ao primeiro andar, na recuperação de portas e substituição de janelas, muito embora a recuperação dos portões da fachada principal se encontram em curso.

Concluiu-se a obra de adaptação dos terrenos situado nas traseiras do Hospital de Santa Violante, do Centro de Diagnóstico e do Centro de Hemodiálise, tendo-se criado um parque de estacionamento para o Hospital, que já foi entregue à Unidade Local de Saúde (ULS), que está a preparar o controlo de acesso ao mesmo. Logo que esta adaptação, por parte da ULS, esteja concluída, será libertado o terreno situado no gaveto da Rua Manuel Seabra com a Rua da Misericórdia, e promoveremos a sua rentabilização.

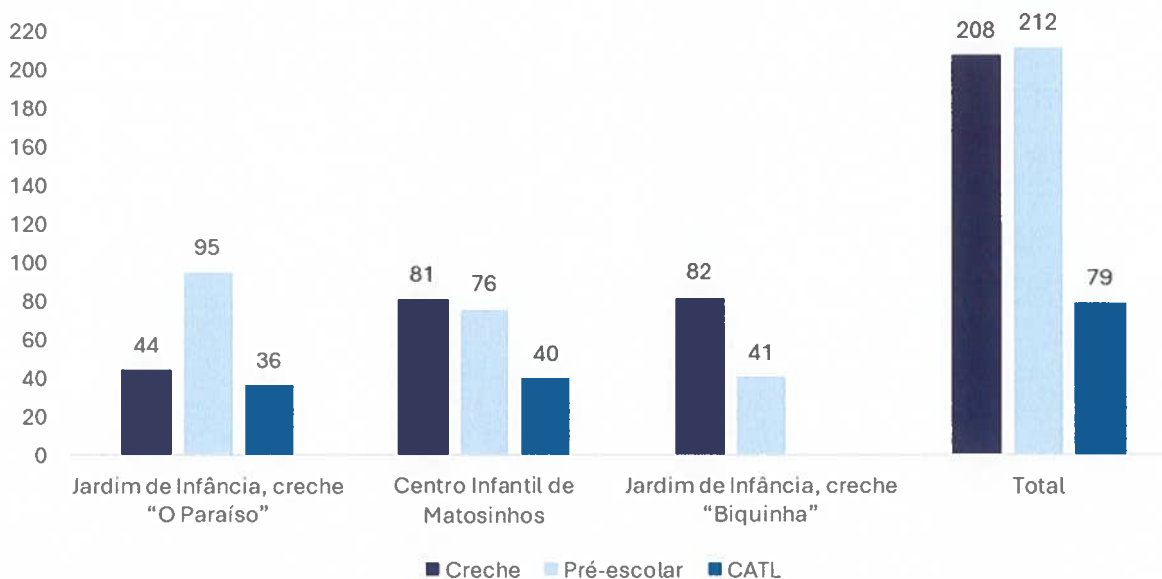
Para além de tudo isto, procedeu-se, ao longo do ano, a inúmeras reparações e obras de manutenção em vários prédios, quer onde estão instaladas as nossas valências, quer nos prédios que se encontram arrendados.

Haja, contudo, noção de que muito há para fazer, pois temos prédios bastante degradados.

Oxalá se venha a dispor de apoios das entidades oficiais, muito especialmente de acesso a fundos europeus.

ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025, a frequência de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:



A procura ao nível do pré-escolar e do CATL mantém-se idêntica à do ano anterior.

Manteve-se o número de crianças com necessidades educativas especiais (NEE), 16 crianças, essencialmente com autismo, o que obriga, em algumas situações, a reforçar as equipas educativas.

A procura, a nível da creche (bebés, 1 e 2 anos), continua a ser muito grande, esperando que com a abertura da Nova Creche e com o aumento da capacidade da creche do Paraíso, no ano letivo de 2026/2027 passamos acolher mais 140 crianças.

Em 2025 conseguiu-se reverter os prejuízos crónicos dos Infantários, sendo que, no seu todo, tiveram resultado positivo de € 10.541,56.

ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.º. Sr.ª. da Conceição

Como temos referido em relatórios anteriores, esta valência tem tido cada vez menos procura e assistimos ao encerramento de internatos idênticos de outras Instituições.

Não temos capacidade de adaptar as instalações às exigências da nova Lei e, até agora, não há fundos europeus para o efeito.

Continuamos atentos e esperamos conseguir uma solução que nos permita continuar a apoiar estas utentes.

Centro de Dia

A capacidade desta valência está quase sempre completa ao longo do ano, havendo, muitas vezes lista de espera.

Quando nos for, finalmente, entregue o Centro de Dia situado no Monte de Espinho, em Leça da Palmeira, esperamos que, com esse aumento de resposta, possamos atender todas as solicitações.

Apoio Domiciliário aos Irmãos

Mantém-se o aumento de procura deste tipo de valência que, para já, se restringe aos Irmãos e seus familiares.

A Segurança Social ainda não aprovou a transferência desta valência do Associação ATI (Amigos da Terceira Idade) para a nossa Misericórdia, não obstante o pedido ter sido formulado há mais de um ano e já ter sido aprovado pelos serviços do Centro Distrital da Segurança Social do Porto.

Depois desta integração, este apoio será efetuado a toda a população que dele necessite.

Como já foi referido em relatórios anteriores, trata-se de uma valência com cada vez mais procura, pois permite que os utentes com algumas dependências continuem nas suas casas, desde que disponham de alguma autonomia e tenham o apoio de uma retaguarda familiar.

ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

Culto

A Misericórdia colaborou e participou em várias atividades religiosas, sendo de realçar o apoio, na parte religiosa, das Festas em Honra do Senhor de Matosinhos.

Os membros da Mesa Administrativa têm participado em várias procissões e em celebrações religiosas, um pouco por todo o Município.

Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres

O número de visitas ao Museu continua a aumentar, tendo-se a noção de que é cada vez mais conhecido.

A nova galeria veio permitir o aumento de área de exposição em cerca de 160 m², salão este aberto a vários eventos de natureza cultural.

Continuou-se com a recuperação das nove portas da fachada principal, que se encontram na fase final.

Há, ainda, muita coisa a recuperar no edifício Sede, principalmente ao nível do telhado, que necessita de ser completamente reconstruído, principalmente por causa do Salão Nobre, para além da substituição das janelas e portadas do primeiro andar.

Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou e continuará durante os próximos anos a ser efetuada a organização do Arquivo e a digitalização dos documentos.

É um trabalho hercúleo, mas imprescindível, para garantirmos a memória da nossa Misericórdia e da nossa sociedade.

Só conhecendo o nosso passado é que podemos encarar o presente e programar o futuro.

Trata-se de um setor onde o trabalho não se “vê”, mas que se sente quando não se consegue encontrar o documento desejado por ainda não estar devidamente arquivado.

Capelas Mortuárias

Estas Capelas são geridas por uma empresa privada, que procedeu a obras profundas de restauro e manutenção, continuando a ser prestado o mesmo serviço aos Matosinhenses.

Num futuro muito próximo, serão estas capelas reformuladas de forma profunda, ampliada a sua capacidade para cinco salas equipadas com fornos crematórios.

Será construído um “Centro Funerário” que servirá não só o concelho de Matosinhos, mas toda a área metropolitana do Porto.

ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

Continuámos a proceder às reparações e requalificações necessárias para conseguirmos ter o edifício ocupado e obter, assim, uma maior rentabilidade.

Não foi, ainda, em 2025 que se conseguiu inverter o resultado negativo desta Unidade.

Esperamos que, a curto prazo, se consiga entregar a gestão desta Unidade a um grupo económico da área da saúde, mediante uma comparticipação mensal para a Misericórdia.

NOTAS FINAIS

Na execução orçamental conseguiu-se um resultado positivo de € 1.635.537,07, a que devemos abater o preço de venda do prédio da Rua Brito e Cunha, em Matosinhos, líquido da comissão paga aos mediadores (€ 1.126.200,00), pelo que o resultado do exercício é de € 509.337,07.

Este resultado, embora de valor superior, vem na sequência dos resultados positivos desta Mesa Administrativa desde 2017.

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa Administrativa, muito agradeço o apoio dado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelos restantes membros desta Mesa, pelo Definitório e muito especialmente pelo seu Presidente, e por todos os trabalhadores, sem os quais não teria sido possível obter estes resultados e manter bem viva a Instituição.

Este documento foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Mesa Administrativa de 16 de março de 2026, propondo-se à Assembleia Geral que:

1. Seja aprovado o presente Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025; e,
2. Seja transferido para a conta "Resultados Transitados" o resultado líquido do período de € 1.635.537,07.

Matosinhos, 16 de março de 2026

Pela Mesa Administrativa

O provedor,


Luis Manuel Figueiredo Branco

MAPAS DE CONTAS DE 2025

ÍNDICE

- 1 – Balanço em 31 de dezembro de 2025

- 2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2025

- 3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

- 4 – Fluxos de caixa

- 5– Anexo às demonstrações financeiras

- 6 – Resultados por valências e outras atividades

- 7 – Parecer do revisor oficial de contas

- 8 - Parecer do definitório



1 – Balanço em 31 de dezembro de 2025

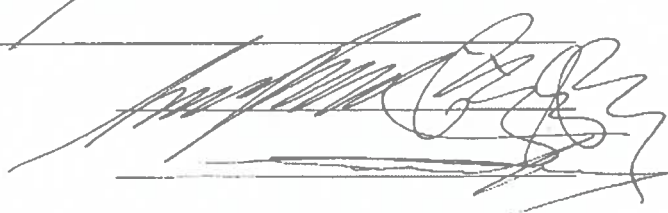
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2025

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Activo			
Activo não corrente			
Propriedades de investimento	6	1 467 351,59	1 744 110,03
Activos fixos tangíveis	6	10 336 458,62	7 060 973,40
Investimentos financeiros		6 920,87	6 973,64
		11 810 731,08	8 812 057,07
Activo corrente			
Inventários	8	36 686,42	36 686,36
Créditos a receber	11.1	51 964,38	27 893,75
Estado e outros entes públicos	14.1	0,00	376,00
Outros ativos correntes	11.1	0,00	5 491,10
Devedores por acréscimo de rendimentos	11.1	231 889,56	241 007,08
Diferimentos	11.1	12 099,46	83 453,08
Caixa e depósitos bancários	4	1 307 474,47	1 644 813,29
		1 640 114,29	2 039 720,66
Total do Activo		13 450 845,37	10 851 777,73
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57 379,22	57 379,22
Reservas		275 475,52	275 475,52
Resultados Transitados		3 339 605,39	3 072 035,33
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	6 049 712,20	5 073 151,19
		9 722 172,33	8 478 041,26
Resultado líquido do período		1 635 537,07	267 570,06
Total dos fundos patrimoniais		11 357 709,40	8 745 611,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	10 000,00	10 000,00
Financiamentos obtidos	14.6	1 116 175,74	428 153,83
		1 126 175,74	438 153,83
Passivo corrente			
Fornecedores, c/c	11.1	55 440,41	41 095,95
Fornecedores imobilizado	14.6	190 395,83	7 331,05
Estado e outros entes públicos	14.1	179 872,34	158 830,11
Credores por acréscimo de gastos	11.1	411 415,90	407 164,21
Financiamentos obtidos	14.6	60 000,00	55 220,00
Outros passivos correntes	11.1	69 835,75	998 371,26
		966 960,23	1 668 012,58
Total do Passivo		2 093 135,97	2 106 166,41
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		13 450 845,37	10 851 777,73

O contabilista certificado


Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa



2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2025



Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2025

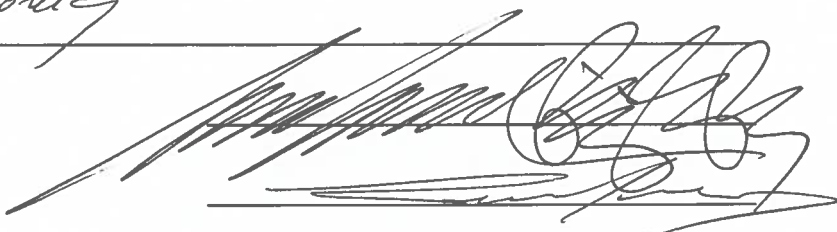
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	14.2	680 490,07	673 237,55
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	2 737 775,16	2 418 971,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-189 583,64	-191 628,86
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-680 614,03	-597 546,63
Gastos com o pessoal	13.3	-2 913 225,68	-2 736 986,52
Imparidade de dívidas a receber	13.2	0,00	-3 628,20
Provisões (reduções)	10.1	0,00	10 280,06
Outros rendimentos e ganhos	14.5	2 173 801,68	905 168,04
Outros gastos e perdas	14.4	-26 152,31	-24 119,74
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 782 491,25	453 747,61
Gastos de depreciação e de amortização	6.2	-177 862,86	-180 827,42
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		1 604 628,39	272 920,19
Juros e rendimentos similares obtidos	14.6	31 645,71	16 358,33
Juros e gastos similares suportados		-737,03	-21 708,46
Resultado antes de impostos		1 635 537,07	267 570,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1 635 537,07	267 570,06

O contabilista certificado

A Mesa Administrativa



Manuel F.M. Moreira





3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS						
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2025						
Unidade Monetária: EURO						
DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	57 379,22	275 475,52	4 220 896,90	2 912 391,92	159 643,41	7 625 786,97
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	852 254,29	159 643,41	-159 643,41	852 254,29
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	267 570,06	267 570,06
Resultado integral					267 570,06	1 119 824,35
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	57 379,22	275 475,52	5 073 151,19	3 072 035,33	267 570,06	8 745 611,32
Saldo em 1 de Janeiro de 2025	57 379,22	275 475,52	5 073 151,19	3 072 035,33	267 570,06	8 745 611,32
Alterações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	976 561,01	267 570,06	-267 570,06	976 561,01
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1 635 537,07	1 635 537,07
Resultado integral					1 635 537,07	2 612 098,08
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	57 379,22	275 475,52	6 049 712,20	3 339 605,39	1 635 537,07	11 357 709,40

O Contabilista Certificado



4 – Fluxos de caixa

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos			
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		677 598,38	671 229,65
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-855 853,27	-798 965,42
Pagamentos ao pessoal		-2 913 225,68	-2 736 986,52
Caixa gerada pelas operações		-3 091 480,57	-2 864 722,29
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		-1 406 960,15	1 860 308,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-4 498 440,72	-1 004 414,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-3 478 094,96	-24 653,62
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-2 053 022,60	0,00
Outros activos		-3 237 642,10	-1 783 043,05
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		6 200 551,13	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 262 611,97	8 908,20
Outros activos		29 212,50	10 516,50
Subsídios ao investimento		2 737 775,16	2 418 971,91
Juros e rendimentos similares		31 633,06	16 358,33
Dividendos		12,65	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		2 493 036,81	647 058,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1 176 175,74	483 373,83
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		267 570,06	159 643,41
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		976 561,01	852 254,29
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-483 373,83	0,00
Juros e gastos similares		-737,03	-21 708,46
Dividendos		-270 822,26	-159 643,41
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		1 665 373,69	1 313 919,66
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-340 030,22	956 563,71
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 644 813,29	690 940,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 307 474,47	1 644 813,29
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-337 338,82	953 872,31

5– Anexo às demonstrações financeiras



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro 2024, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível, incluindo os acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2010, encontram-se registados:

(a) ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, ou

(b) não existia informação completa e adequada que assegurasse a aplicação do critério referido na alínea anterior, os correspondentes ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo montante determinado de acordo com o justo valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2019, o qual foi determinado da seguinte forma: para os edifícios onde na escritura era mencionado o valor do imóvel, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e para os prédios doados sem valorização, foi considerado o valor constante no registo matricial - Valor Patrimonial Tributário.

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.



g) Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal). O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para a comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

l) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de março de 2026, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

m) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 incluem, nomeadamente, a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o registo de provisões e das perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar ou de reduzir consideravelmente as suas operações no curto prazo, mantendo a capacidade para cumprir os seus fins, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2025 e 31.12.2024, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa		
Caixa	4.641,83€	3.291,22€
Total	4.641,83€	3.291,22€
Depósitos bancários		
Depósito à ordem	302.832,64€	191.522,07€
Depósitos a prazo (curto e médio prazo)	1.000.000,00€	1.450.000,00€
Total	1.302.832,64€	1.641.522,07€
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1.307.474,47€	1.644.813,29€

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e depósitos bancários.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis - outros	Ano 2025		Ano 2024	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
TOTAL	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" não existiram neste exercício de 2025, uma vez que os mesmos se encontram totalmente amortizados.

Amortizações do exercício - outros	Ano 2025	Ano 2024
Programas de computador	0,00€	0,00€
TOTAL	0,00€	0,00€

- e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2025 e em 2024 são os que se seguem:

2025	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade Industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2025	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2025	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-
2024	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

6. Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se mensurados e estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Na sequência dos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, que referiam a existência de imóveis, adquiridos ou doados, que não haviam sido registados na contabilidade, a Mesa Administrativa como resposta, continua ainda a proceder ao levantamento completo e estudo de todos os edifícios doados e herdados.

Nos pareceres anteriores, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.

Esta Instituição, apesar dos seus grandes esforços, ainda continua na busca de todos os registos referentes a doações, testamentos e demais documentação existente, tendo registado já algumas regularizações necessárias ao total esclarecimento e registo final de todas as irregularidades ainda omissas da contabilidade. Estão em curso regularizações desejadas provenientes das várias negociações com os proprietários ou coproprietários atuais.

É um trabalho que continua a ser efetuado, apesar de bastante complicado e demorado, julgamos ver resolvido, na sua totalidade, no decorrer do próximo ano de 2026, podendo, finalmente proceder-se, a todas as regularizações contabilísticas urgentemente necessárias.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a Portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883 - Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que, o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2025	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2025	2.276.559,54€	5.633.971,96€	596.114,46€	191.615,16€	254.502,74€	151.343,02€	3.022.937,85€	12.127.044,73€
Adições	0,00€	0,00€	121.075,23€	8.000,00€	21.497,34€	134.384,59€	3.208.429,60€	3.493.386,76€
Transferências e abates (a)	-209.536,60€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-209.536,60,00€
Saldo em 31/12/2025	2.067.022,94€	5.633.971,96€	717.189,69€	199.615,16€	276.000,08€	285.727,61€	6.231.367,45	15.410.894,89€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2025	532.449,51€	1.797.339,47€	489.070,29€	164.211,74€	195.148,41€	143.741,88€	0,00€	3.321.961,30€
Adições	92.366,22€	45.271,58€	11.991,54€	19.590,61€	1.600,84€	7.042,07€	0,00€	177.862,86€
Transferências e abates (a)	-25.144,38€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-25.144,38€
Saldo em 31/12/2025	599.671,35€	1.842.611,05€	501.061,83€	183.802,35€	196.749,25€	283.168,85€	0,00€	3.474.679,79€
VALOR LÍQUIDO	1.467.351,59€	3.791.360,91€	216.127,86€	15.812,81€	79.250,83€	2.538,76€	6.231.367,45€	11.803.810,21€

(a) – Abates dos valores referentes à venda, por 1.200.000,00€, do edifício da Rua Brito e Cunha em Matosinhos.

2024	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2024	2.285.362,04€	5.633.971,96€	576.379,29€	191.615,16€	250.457,29€	150.470,02€	1.250.411,30 €	10.338.667,06 €
Adições	0,00€	0,00€	19.735,17€	0,00€	4.045,45€	873,00€	1.772.526,55 €	1.797.180,17 €
Transferências e abates (a)	-8.802,50€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €	-8.802,50 €
Saldo em 31/12/2024	2.276.559,54€	5.633.971,96 €	596.114,46€	191.615,16 €	254.502,74€	151.343,02€	3.022.937,85 €	12.127.044,73 €
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2024	436.772,81€	1.752.982,66€	473.842,66€	146.821,12€	192.623,00€	139.171,88€	0,00€	2.285.230,19€
Adições	96.556,95€	44.356,81€	15.227,63€	17.590,62€	2.525,41€	4.570,00€	0,00€	180.827,42€
Transferências e abates	-880,25€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-880,25€
Saldo em 31/12/2024 (a)	532.449,51€	1.797.339,47€	489.070,29€	164.211,74€	195.148,41€	143.741,88€	0,00€	3.321.961,30 €
VALOR LÍQUIDO	1.744.110,03€	3.836.632,49€	107.044,17€	27.403,42€	59.354,33€	7.601,14€	3.022.937,85€	8.805.083,43€

(a) Abates dos valores referentes à venda, por 6.000,00€, de uma pequena Loja existente no Mercado Londres na Sra. da Hora.

Os valores dos investimentos em curso nos Ativos Fixos em Curso e em Propriedades de Investimento no ano de 2025 estão relacionados com a remodelação de edifícios arrendados e a construção de novos equipamentos a saber:

Construção Nova - ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na rua Engº Fernando Cayolla, em Matosinhos (LAR II de Terceira Idade do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos 4.099.353,46€;

Construção Nova LAR I – Lar da Terceira Idade e Centro de Dia da Misericórdia de Matosinhos, Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Manuel Seabra, em Matosinhos: 317.427,60€;

Nova Creche – Gaveto da Rua Augusto Gomes com a Rua Fernando Cayolla: 774.901,18€;

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

Prédios Arrendados: Grandes Reparações: e Remodelações com o total de: 706.104,08€

Reparação de Edifícios; Centro de Dia: 36.932,69€; Museu: 145.520,26€; Remodelação do Paraíso: 151.128,18€;

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	92.366,22€
Edifícios e outras construções	45.271,58€
Equipamento básico	11.991,54€
Equipamento de transporte	19.590,61€
Equipamento administrativo	1.600,84€
Outros ativos fixos tangíveis	7.042,07€
TOTAL	177.862,86€

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades de investimento	624.815,73€	533.329,76€
Propriedades investimento-abate	-25.144,38€	-880,25€
Edifícios e outras construções	1.842.611,05€	1.797.339,47€
Equipamento básico	501.061,83€	489.070,29€
Equipamento de transporte	183.802,35€	164.211,74€
Equipamento administrativo	196.749,25€	195.148,41€
Outros ativos tangíveis	150.783,95€	143.741,88€
TOTAL	3.474.679,78€	3.321.961,30€

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

Inventários

7.2 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

7.3 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	36.686,42€	36.686,36€
TOTAL	36.686,42€	36.686,36€

7.4 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2025	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	36.686,36€	0,00€	36.686,36€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	4.338,26€	185.245,38€	189.583,64€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	36.686,42€	0,00€	36.686,42€
GASTO DO PERÍODO	4.338,26€	185.245,38€	189.583,64€

2024	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	23.583,81€	0,00€	20.089,11€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	22.404,49€	182.326,92€	204.731,41€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	36.686,36€	0,00€	36.686,36€
GASTO DO PERÍODO	9.301,94€	182.326,92€	191.628,83€

Réditos

7.5 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos passa a ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

7.6 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de mercadorias	8.061,36€	10.497,02€
Prestações de serviços	672.428,71€	662.740,53€
Rendas de imóveis	742.655,50€	713.809,75€
Juros	31.645,71€	16.358,33€
TOTAL	1.454.791,28€	1.403.405,63€

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

8.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Neste exercício, de 2025, não se efetuaram quaisquer movimentos nas provisões de anos anteriores, mantendo-se assim a provisão de 10.000,00€, referente a um processo judicial em curso com um inquilino.

Descrição	Saldo 2024	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2025
Processos em curso:				
Inquilino	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
TOTAL	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€

Descrição	Saldo 2023	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2024
Processos em curso:				
Pessoal	24.289,18€	0€	---24.289,18€	0,00€
Inquilino	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
TOTAL	34.289,18€	0€	-24.289,18€	10.000,00€

Neste exercício, de 2025, não se movimentaram quaisquer provisões ou reversões, pelo que se manteve a provisão já existente e relativa ao processo judicial em curso com um inquilino no valor de 10.000,00€.

9. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

9.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

9.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2025, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	2.694.434,26€
IEFP	Relacionado com rendimentos	20.294,90€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	19.475,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	3.571,00€
TOTAL		2.737.775,16€

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

A 31 de Dezembro de 2024, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	2.373.911,64€
IEFP	Relacionado com rendimentos	19.050,51€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	14.343,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	7.943,42€
TOTAL		2.418.971,91€

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

10. Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 16 de março de 2026. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

10.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2025.



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidades:

	2025 Quantia escriturada	2024 Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	15.031,97€	3.467,60€
Créditos a receber inquilinos	34.198,54€	3.878,99€
Créditos a receber utentes	923,37€	3.582,08€
Créditos a receber Outros	1.810,50€	20.593,28€
Perdas por imparidade	0,00€	-3.628,20€
Créditos a receber	51.964,38€	27.893,75€
Devedores por acréscimos de rendimentos	231.889,56€	241.007,08€
Outros ativos correntes	231.889,56€	241.007,08€
Diferimentos – Gastos a reconhecer	12.099,46€	83.453,08€
TOTAL	295.953,40€	352.353,91€

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, incluído em "Outros ativos correntes", esta rubrica inclui, essencialmente, os apoios concedidos pela Segurança Social relacionados com a compensação salarial das educadoras e de outros créditos de abonos referentes aos acordos, previstos para o ano letivo de 2024/2025 no valor total de 231.889,56€.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

9

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2025 Quantia escriturada	2024 Quantia escriturada
Fornecedores, c/ gerais	55.440,41€	41.095,959€
Fornecedores, imobilizado	190.395,83€	7.331,05€
Estado e o. entes públicos	179.872,34€	158.830,11€
Remunerações a liquidar (a)	408.966,00€	401.385,48€
Pessoal – Acordos / Rescisão	0,00€	11.860,00€
Outros acréscimos de gastos	2.449,90€	42.289,99€
Cretores diversos (b)	0€	950.000,00€
Outros passivos correntes	69.835,75€	1.004.149,99€
	906.960,23€	1.612.792,58€

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores em 2025:

(a) Férias e encargos com férias	408.966,00€	401.385,48€
----------------------------------	-------------	-------------

(b) O valor de 950.000,00€ corresponde ao adiantamento efetuado pelo comprador, até à data de 31.12.2024, para a compra do prédio que a Instituição possui na Rua de Brito e Cunha em Matosinhos e cuja venda total irá ser pelo valor de 1.200.000,00€, e cuja escritura foi efetuada em março de 2025.

11.2 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	2.351.689,80€	2.192.401,07€
Indemnizações (acordos)	12.844,27€	7.000,00€
Encargos sobre remunerações	485.532,48€	454.819,17€
Seguros de acidentes de trabalho	55.779,24€	74.316,29€
Outros	7.379,89€	8.449,99€
TOTAL	2.913.225,68€	2.736.986,52€

O número médio de pessoas em 2025 foi de 140 (2024 141).

14. Outras informações

14.1 Estados e outros entes públicos

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00€	376,00€
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00€	0,00€
	112.873,36€	376,00€
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	11.568,93€	11.625,33€
Contribuições para a Segurança Social	55.430,05€	48.803,25€
I.V.A.	112.873,36€	98.401,53€
	179.872,34€	158.830,11€

14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2025 e 2024 distribuíram-se da seguinte forma:

	2025	2024
Vendas e prestações de serviços		
Mercado interno	680.490,07€	673.237,55€
Mercado externo	0,00€	0,00€
	680.490,07€	673.237,55€

Em 2024, o valor inclui vendas de mercadorias de 10.497,02€ e 8.061,36 em 2025.

	2025	2024
Prestações de serviços		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	604.275,57€	637.960,95€
Serviços secundários	9.294,14€	13.319,58€
Quotizações e serviços apoio ao domicílio	58.859,00€	11.380,00€
Outros	0,00€	80,00€
	672.428,71€	662.740,53€

14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2025 e 2024 a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	43.888,16€	46.631,33€
Serviços especializados: Trabalhos especializados	26.719,69€	26.377,38€
Serviços especializados: Conservação e reparação	132.691,99€	158.524,13€
Serviços especializados: Honorários	68.874,75€	69.296,10€
Serviços especializados: outros a)	89.388,11€	14.356,80€
Materiais	27.724,99€	20.700,11€
Energia e fluídos	149.365,41€	139.593,92€
Deslocações, estadas e transportes	1.414,08€	5.992,61€
Serviços diversos: Rendas e alugueres (equip.tos)	17.427,71€	9.295,57€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	40.979,59€	42.995,96€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	5.581,94€	5.878,25€
Serviços diversos: Comunicação	10.160,27€	10.018,05€
Serviços diversos: Seguros	15.514,71€	12.710,91€
Serviços diversos	50.882,63€	35.175,51€
	680.614,03€	597.546,63€

a) – Em 2025 inclui a verba de 79.138,83€ referente à comissão s/ a venda do prédio da Rua Brito e Cunha em Matosinhos.

14.4 Outros gastos e perdas



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2025 e 2024 a seguinte composição:

	2025	2024
Outros gastos e perdas		
Impostos e taxas	5.778,10€	2.642,45€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	52,77€	70,36€
Quotizações e donativos	2.086,80€	1.854,99€
Custos com apoios financeiros concedidos	1,88€	2.470,40€
Correções relativas a períodos anteriores (a)	18.232,76€	15.159,29€
Outros	0,00€	1.922,25€
	26.152,31 €	24.119,74€

14.5 Outros rendimentos e ganhos e Juros de depósitos a prazo.

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2025 e 2024 a seguinte composição:

	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	295,94€	184,42€
Rendas e outros rendimentos de propriedades	742.655,50€	713.809,75€
Alienações de edifícios (mais-valias)	1.200.000,00€	0,00€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00€	10.044,18€
Correções relativas a períodos anteriores a)	91.192,59€	46.526,40€
Restituição de impostos-IRS-Consignado + 50% IVA s/Alimentação	14.052,18€	8.920,35€
Imputação subsídios e doações em amortizações do exercício b)	84.046,59€	96.159,57€
Cedência de energia e espaços para festas	15.995,07€	29.252,33€
Juros Obtidos	31.645,71€	271,04€
Outros	25.563,81€	0€
	2.205.447,39€	905.168,04€

(a) Inclui a verba de 42.701,81€ relativos a Subsídios referentes aos acordos da Segurança Social referentes ao mês de dezembro de 2024.

(b) De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL podem contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição. Deste modo, de acordo com o preconizado na referida Portaria, as doações associadas a ativos depreciables /amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2025 e 2024 a seguinte composição:

	2025	2024
Financiamentos		
Banco Montepio – Curto e médio prazo	60.000,00€	483.373,83€
Banco Montepio – Longo prazo	1.116.175,74€	0,00€
	1.176.175,74€	483.373,83€
Juros pagos		
Juros de financiamento	737,03€	21.708,46€
Os juros pagos no valor de 26.148,92€ foram capitalizados nos investimentos das imobilizações em curso.	737,03€	21.708,48€

14.7 Garantias prestadas



Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 não se encontram garantidos com qualquer constituição de hipoteca sobre imóveis.

13. Passivos contingentes

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2025, considera que, como salvaguarda futura, deverá ser mantida a provisão no montante de 10.000,00€, referente ao processo judicial em curso com o inquilino.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

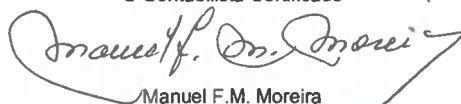
Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

15. Acontecimentos após a data do balanço

A Mesa Administrativa afirma que não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2025 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025.

Matosinhos, 16 de março de 2025

O Contabilista Certificado



Manuel F.M. Moreira



6 – Resultados por valências e outras atividades

RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2025					
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS					
CONTAS		PARAÍSO			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	18 893,70	21 255,09	7 085,50	47 234,29
612	Gêneros alimentícios	18 893,70	21 255,09	7 085,50	47 234,29
62	Fornecimentos e serviços externos	29 030,48	39 449,66	11 088,31	79 488,45
621	Subcontratos	6 442,43	7 247,75	2 415,90	16 106,08
622	Serviços especializados	5 404,18	11 634,52	2 066,35	19 105,05
623	Materiais	1 801,38	2 008,25	673,75	4 483,38
624	Energia e fluidos	4 846,85	5 452,67	1 817,50	12 117,02
625	Deslocações e transportes	0,00	2,80	0,00	2,80
626	Serviços diversos	10 535,64	13 103,67	4 034,81	27 674,12
63	Gastos com o pessoal	336 549,14	381 687,34	36 998,62	755 235,10
632	Remunerações com o pessoal	275 051,80	312 200,05	30 560,50	617 812,35
635	Encargos sobre remunerações	56 610,00	62 076,10	6 035,00	124 721,10
636	Seguros de acidentes trabalho	4 462,34	6 470,39	223,12	11 155,85
638	Outros gastos com o pessoal	425,00	940,80	180,00	1 545,80
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 573,00	2 832,41	270,35	5 675,76
642	De ativos fixos tangíveis	2 573,00	2 832,41	270,35	5 675,76
65	Imparidades	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	149,73	0,00	149,73
6881	Retroativos pessoal (educadoras 2016)	0,00	149,73	0,00	149,73
	Total de gastos e perdas	387 046,32	445 374,23	55 362,78	887 783,33
7	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	9 228,82	163 853,37	43 356,38	216 438,57
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	9 228,82	162 789,37	43 356,38	215 374,57
725	Serviços secundarios	0,00	1 064,00	0,00	1 064,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	292 616,53	349 048,18	19 556,08	661 220,79
7511	Subsidios do estado - Acordos S. Social	292 616,53	349 048,18	19 556,08	661 220,79
753	Donativos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	23 813,95	15 715,56	0,00	39 529,51
7881	Correção de exercicios anteriores	23 813,95	15 715,56	0,00	39 529,51
	Total dos rendimentos e ganhos	325 659,30	528 617,11	62 912,46	917 188,87
	Resultado liquido do exercicio	-61 387,02	83 242,88	7 549,68	29 405,54



RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO - ANO 2025					
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS					
CONTAS		CENTRO INFANTIL			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
6	GASTOS E PERDAS				
61	Custos Mercadorias e Materias primas	22 398,65	19 909,92	7 466,20	49 774,77
612	Mat.primas, subsidiárias e de consumo	22 398,65	19 909,92	7 466,20	49 774,77
62	Fornecimentos e serviços externos	56 229,35	70 748,95	21 094,43	148 072,73
621	Subcontratos	6 115,30	6 846,78	2 293,20	15 255,28
622	Serviços especializados	24 806,00	33 638,09	8 917,92	67 362,01
623	Materiais	1 952,58	2 196,67	732,19	4 881,44
624	Energia e fluidos	13 330,84	14 997,15	4 999,07	33 327,06
625	Deslocações, estadas e transportes	11,44	14,14	3,02	28,60
626	Serviços diversos	10 013,19	13 056,12	4 149,03	27 218,34
63	Gastos com o pessoal	426 171,61	475 612,93	49 388,80	951 173,34
632	Remunerações com o pessoal	348 949,00	390 091,13	38 773,40	777 813,53
635	Encargos sobre remunerações	69 736,20	77 374,00	9 637,40	156 747,60
636	Seguros acidentes trabalho	7 186,41	7 577,80	858,00	15 622,21
638	Outros gastos com o pessoal	300,00	570,00	120,00	990,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	4 030,80	4 902,16	820,00	9 752,96
642	De ativos fixos tangíveis	4 030,80	4 902,16	820,00	9 752,96
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
6881	Exerc anteriores-Retroativos pessoal 2011/15	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos e perdas	508 830,41	571 173,96	78 769,43	1 158 773,80
	RENDIMENTOS				
72	Prestações de serviços	11 323,00	126 062,57	47 320,54	184 706,11
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	11 323,00	126 062,57	47 320,54	184 706,11
725	Serviços secundários	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsidios, doações e legados à exploração	504 912,40	316 734,25	27 578,95	849 225,60
7511	Subsidios do estado e o entes públicos	504 912,40	306 567,78	27 578,95	839 059,13
7512	Subsidios Outras entidades - I.E.F.P.	0,00	10 166,47	0,00	10 166,47
78	Outros rendimentos e ganhos	12 125,00	28 144,83	0,00	40 269,83
7881	Começos exercicios anteriores	12 125,00	28 144,83	0,00	40 269,83
	Total dos rendimentos e ganhos	528 360,40	470 941,65	74 899,49	1 074 201,54
	Resultado liquido	19 529,99	-100 232,31	-3 869,94	-84 572,26



RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2025				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		BIQUINHA		TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	P/ ESCOLAR	
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	21 065,66	11 343,05	32 408,71
612	Géneros alimentícios	21 065,66	11 343,05	32 408,71
62	Fornecimentos e serviços externos	9 544,59	51 051,60	60 596,19
621	Subcontratos	1 618,30	9 170,41	10 788,71
622	Serviços especializados	1 847,90	13 143,90	14 991,80
623	Materiais	364,85	2 062,14	2 426,99
624	Energia e fluidos	2 983,82	14 852,64	17 836,46
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços diversos	2 729,72	11 822,51	14 552,23
63	Gastos com o pessoal	256 319,36	316 043,80	572 363,16
632	Remunerações com o pessoal	211 338,86	259 977,93	471 316,79
635	Encargos sobre remunerações	42 447,50	52 658,10	95 105,60
636	Seguros acidentes do pessoal	2 458,00	3 004,30	5 462,30
638	Outros gastos com o pessoal	75,00	403,47	478,47
64	Gastos de depreciação e de amortização	627,44	2 989,10	3 616,54
642	De ativos fixos tangíveis	627,44	2 989,10	3 616,54
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00
6881	Correções exercicios anteriores	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos e perdas	287 557,05	381 427,55	668 984,60
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	11 486,00	64 840,63	76 326,63
721	Matriculas e mensalidades dos utentes	11 486,00	64 840,63	76 326,63
75	Subsidios, doações e legados à exploração	503 058,27	145 969,08	649 027,35
7511	Subsidios estado -Acordos Segurança Social	493 320,77	136 231,58	629 552,35
7513	O. Entes Públicos-Câmara Municipal de Matos	9 737,50	9 737,50	19 475,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	9 338,90	9 338,90
7881	Correções exercicios anteriores	0,00	9 338,90	9 338,90
	Total dos rendimentos e ganhos	514 544,27	220 148,61	734 692,88
	Resultado liquido	226 987,22	-161 278,94	65 708,28



RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2025				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		INTERNATO	CENTRO DE DIA	APOIO DE IRMÃOS AO
Nº	NOMES	P/JOVENS	3ª IDADE	DOMICÍLIO
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	15 184,77	30 077,59	10 184,47
611	Gêneros alimentícios	15 184,77	30 077,59	10 184,47
62	Fornecimentos e serviços externos	51 659,00	54 587,87	1 608,87
621	Subcontratos	15,00	210,00	0,00
622	Serviços especializados	21 187,97	28 687,59	124,16
623	Materiais	1 394,92	1 884,89	220,65
624	Energia e fluidos	19 149,64	12 276,67	571,69
625	Deslocações, estadas e transportes	872,00	2,25	0,00
626	Serviços diversos	9 039,47	11 526,47	692,37
63	Gastos com o pessoal	313 309,46	111 194,55	41 943,96
632	Remunerações com o pessoal	248 899,04	86 066,80	34 420,20
635	Encargos sobre remunerações	48 260,00	21 315,00	6 745,96
636	Seguros acidentes de trabalho	12 944,80	3 342,75	557,80
638	Outros gastos com o pessoal	3 205,62	470,00	220,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	13 455,73	22 247,52	0,00
642	De ativos fixos tangíveis	13 455,73	22 247,52	0,00
68	Outros gastos e perdas	9 118,63	2 967,60	638,98
688	Outros gastos e perdas	9 118,63	2 967,60	638,98
	Total de gastos e perdas	402 727,59	221 075,13	54 376,28
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	26 801,00	127 868,26	32 058,00
721	Mensalidades e serviços	26 801,00	127 868,26	0,00
722	Serviços secundários-cuidados higiene e cont	0,00	0,00	32 058,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	471 046,69	97 109,30	0,00
751	Subsídios do estado - S.Social	467 697,69	96 904,30	0,00
753	Doativos	3 349,00	205,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	12 201,30	10 957,69	5 909,75
7881	Correções relativas a exercicios anteriores	0,00	0,00	5 909,75
7883	Imputação de Doações ativos fixos	12 201,30	10 957,69	0,00
	Total dos rendimentos e ganhos	510 048,99	235 935,25	37 967,75
	Resultado líquido	107 321,40	14 860,12	-16 408,53



RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / VALÊNCIAS DO ANO 2025				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
C O N T A S		UNIDADE DIAGNÓSTICO	UNIDADE DIAGNÓSTICO	TOTAL
Nº	NOMES	SAÚDE	PARQUE AUTO	UNIDADE DIAGNÓSTICO
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custos Mercadorias e Materias primas	66,38	0,00	66,38
611	Mercadorias	66,38	0,00	66,38
62	Fornecimentos e serviços externos	65 731,03	12 812,30	78 543,33
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	16 125,86	6 392,27	22 518,13
623	Materiais	420,00	675,00	1 095,00
624	Energia e fluidos	42 284,99	0,00	42 284,99
626	Serviços diversos	6 900,18	5 745,03	12 645,21
63	Gastos com o pessoal	37 734,89	0,00	37 734,89
632	Remunerações com o pessoal	29 322,49	0,00	29 322,49
635	Encargos sobre remunerações	5 831,20	0,00	5 831,20
636	Seguros acidentes trabalho	2 231,20	0,00	2 231,20
638	Outras despesas com o pessoal	350,00	0,00	350,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	41 061,29	0,00	41 061,29
642	De ativos fixos tangíveis	41 061,29	0,00	41 061,29
68	Outros gastos e perdas	664,90	737,03	1 401,93
688	Outros gastos	664,90	737,03	1 401,93
	Total de gastos e perdas	145 258,49	13 549,33	158 807,82
7	RENDIMENTOS			
72	Prestações de serviços	0,00	8 230,14	0,00
725	Serviços secundários	0,00	8 230,14	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploraç	0,00	0,00	0,00
7531	Doativos	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	97 105,40	461,25	97 566,65
787	Rendimentos e ganhos em investimentos	97 072,74	0,00	97 072,74
788	Outros ganhos	32,66	461,25	493,91
	Total dos rendimentos e ganhos	97 105,40	8 691,39	105 796,79
	Resultado líquido	-48 153,09	-4 857,94	-53 011,03



RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2025				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		MUSEU	LOJA	PROPRIEDADES
Nº	NOMES		CASA DOS MILAGRES	INVESTIMENTOS
6	GASTOS E PERDAS			
61	Custo mercadorias	314,40	4 338,26	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	15 612,80	11 485,47	178 967,32
621	Subcontratos	112,00	0,00	1 401,09
622	Serviços especializados	10 190,59	1 375,74	132 130,50
623	Materiais	340,97	8 633,73	2 363,02
624	Energia e fluidos	0,00	121,00	11 801,88
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	484,43
626	Serviços diversos	5 081,24	1 355,00	30 786,40
63	Gastos com o pessoal	26 107,36	30 986,79	73 483,47
632	Remunerações com o pessoal	21 427,96	25 316,31	52 138,60
635	Encargos sobre remunerações	4 253,00	4 554,90	17 998,12
636	Seguros acidentes no trabalho	426,40	1 115,58	3 346,75
638	Outras despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	7 903,87	218,25	73 930,94
642	De ativos fixos tangíveis	7 903,87	218,25	73 930,94
68	Outros gastos e perdas	0,00	1 514,47	11 098,00
69	Gastos de Financiamento	0,00	0,00	0,00
	Total de gastos e perdas	49 624,03	48 543,24	337 479,73
7	RENDIMENTOS			
71	Vendas de mercadorias	0,00	8 061,36	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	17,00	10 128,43
725	Serviços - visitas	0,00	17,00	10 128,43
75	Subsídios, doações à exploração-I.E.F.P.	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00	1 958 028,05
781	Rendimentos suplementares	0,00	0,00	19 319,50
7871	Alienação de Imobilizações - (Edifício R.B. Curi)	0,00	0,00	1 200 000,00
7873	Rendas e outros rendimentos - rendas	0,00	0,00	661 577,83
7883	Imputação de subsídios e doações p/investime	0,00	0,00	77 130,72
79	Juros e outros rendimentos similares	0,00	0,00	31 645,71
	Total dos rendimentos e ganhos	0,00	8 078,36	1 999 802,19
	Resultado líquido	-49 624,03	-40 464,88	1 662 322,46

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 13.450.845,37 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.357.709,40 euros, incluindo um resultado líquido de 1.635.537,07 euros a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro, e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física de uma parte dos seus imóveis. Como resultado desse trabalho e da sua reconciliação com os registos contabilísticos à data. Nessa data foi efetuada a sua relevação contabilística, da qual resultou um impacto no ativo (nas rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais no montante de 3.504.542 euros. Ainda está em curso a inventariação e respetiva conciliação contabilística de bens imóveis e outros ativos fixos tangíveis, pelo que não estamos em condições de emitir opinião sobre o montante das rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis, bem como o eventual efeito na rubrica de fundos patrimoniais do reconhecimento desses ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

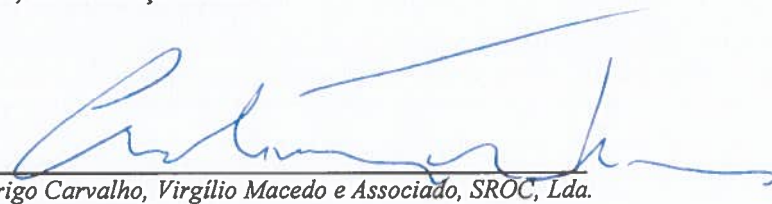
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2026



Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.

Representada por

Carlos Manuel Teixeira Ferreira, ROC n.º 1842

Inscrito na CMVM sob o n.º 2017023



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, da vice-presidente, D. Maria Manuela Costa Braga, e do Secretário, Dr. César Manuel Oliveira Ferreira, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e cinco, que mereceram o seguinte parecer: -----

Ponto um – O Definitório aprova as contas, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e vinte e cinco, tal como lhe foram apresentados, que se traduzem num resultado positivo de um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete euros e sete cêntimos, resultado esse que é superior ao do ano anterior em um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete euros e um cêntimo, aumento este que se deve, principalmente, à venda do prédio da rua Brito e Cunha. Merece também referência o aumento dos subsídios recebidos que ultrapassam já os dois milhões e setecentos mil euros.-----

Apesar do exposto, o Definitório não deixa de salientar o crescimento elevado dos gastos com o pessoal (cento e setenta e seis mil, duzentos e trinta e nove euros e dezasseis cêntimos), pelo terceiro ano consecutivo, tanto mais que são despesas que se refletirão em anos futuros.-----

Ponto dois – Continua a recomendar a manutenção da política visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, cuja real extensão ainda não está completamente apurada. -----

Ponto três – Os problemas quanto à exploração deficitária da Unidade de Diagnóstico mantêm-se. Os infantários (creche, pré-escolar e ATL), à exceção do Centro Infantil de Matosinhos, apresentam lucro, facto que merece o nosso elogio, dada a recuperação operada. Em face do exposto e dos avultados investimentos que têm vindo a ser feitos, aconselha-se uma prudente adequação do financiamento, o que, aliás, já começou a ser feito em 2024, com o reforço dos capitais de médio e longo prazo. -----



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

Ponto quatro – O Definitório constata que as aplicações financeiras continuam com um valor baixo, o que traduz uma alteração significativa no modelo de financiamento. -----

Ponto cinco – O Definitório, face aos ambiciosos projetos de investimento que a Instituição pensa lançar nos próximos anos, recomenda uma forte política de prudência, garantindo-se previamente o financiamento necessário ao seu desenvolvimento. -----

Ponto seis – Debruçou-se ainda o Definitório sobre a conferência do Caixa e as conciliações bancárias, achando-as conforme as boas regras de contabilidade e controlo de gestão. -----

Ponto sete – Numa fase de investimentos significativos por parte da Instituição e, conseqüentemente, de recurso ao financiamento externo (apesar de o passivo ter registado uma ligeira redução), o Definitório entendeu medir a capacidade de endividamento, que se mantém estável, sendo o rácio do fundo de maneiço de 1,70 e o indicador de solvabilidade de 5,43. -----

Ponto oito – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na dinamização da atividade da Instituição, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano. -----

Ponto nove – Por último, e na altura em que, a seu pedido, o Prof. Cunha e Silva deixa de exercer as funções de Vice-Presidente do Definitório, entendemos deixar registado o nosso elogio à competência e dedicação com que exerceu as suas funções. -----

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

A Vice-Presidente

Maria Manuela Costa Braga

O Secretário

César Manuel Oliveira Ferreira